política

# Deputados aprovam criação do Banrisul Instituto Cultural e Social

## Parlamentares analisaram seis dos 11 projetos do governo Leite que trancavam a pauta

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

**Marcus Meneghetti**
marcusv@jcrs.com.br

FERNANDO GOMES/ALRS/JC

**Matéria passou com placar de 29 votos favoráveis e sete contrários na sessão plenária de ontem à tarde**

Os deputados estaduais aprovaram na sessão de ontem seis dos 26 projetos aptos à votação na Assembleia Legislativa. Entre eles, a proposta de criação do Banrisul Instituto Cultural e Social, que passou com 29 votos favoráveis e sete contrários. Com a votação das matérias na última sessão, restam cinco propostas apresentados pelo governo Eduardo Leite (PSD) em regime de urgência impedindo a apreciação de projetos apresentados pelos parlamentares.

De um modo geral, os projetos que entraram na ordem do dia desta terça tinham o apoio da maioria dos parlamentares. Às vezes, a oposição de esquerda (PT, PSOL e PCdoB) criticava o texto original. Às vezes, a oposição de direita discordava de certos projetos. Mas todas as propostas foram aprovadas com ampla margem de votos.

Na criação do instituto cultural do Banrisul, a principal crítica veio da oposição direitista. Conforme o líder desse bloco, deputado estadual Felipe Camozatto (Novo), o projeto não especificava o custo de tal iniciativa.

"Além disso, o projeto apresenta uma série de situações que são análogas a cheques em branco. Não há uma definição de custo, salários, folha de cargos, o que coloca o Parlamento na posição de fazer uma aprovação de algo que não se sabe o que vai se tornar", ponderou o parlamentar.

O líder da oposição de direita também sustentou que o órgão cultural do Banrisul se confundia com a área de atuação da própria Secretaria Estadual de Cultura. "O governo Leite está criando uma segunda secretaria de cultura, no final do seu segundo mandato. É uma decisão meramente política e, ao que tudo indica, serve apara acomodar aliados. Inclusive, ele (Leite) já declarou isso. Antes mesmo de criada, já há uma nomeada, a ex-secretária de cultura", criticou Camozatto.

Por outro lado, a oposição de esquerda concordava com a criação do instituto. Apesar disso, tentou especificar a atuação do órgão através de uma emenda ao texto original – que não foi aprovada no plenário. O líder desse bloco de parlamentares, Miguel Rossetto (PT), comparou o instituto cultural do Banrisul com órgãos como o Centro Cultural do Banco do Brasil.

"Somos a favor da criação do instituto. É muito importante que uma instituição financeira como o Banrisul participe das atividades culturais do Rio Grande do Sul. Já existem outras instituições estatais que têm esses institutos. Todo investimento institucional correto, adequado, regrado na área da cultura é bem-vindo", analisou.

O líder do governo na Assembleia, Frederico Antunes (PP), comemorou a aprovação. "Estamos fazendo um avanço no sentido de usar o banco para instrumentalizar as atividades da área cultural, semelhante a outros bancos e instituições do sistema financeiro".

Após minimizar as críticas da oposição de direita, ele citou outros benefícios que o Banrisul pode conseguir com o instituto cultural. "Temos a possibilidade de diminuição da carga tributária. Também podemos ter um acréscimo de valores a disponibilizar de forma tradicional, seja por lei Ruanet, patrocínios, por apoio que o banco tem dado a movimentos culturais", projetou Antunes.

# Bolsonaro é condenado a pagar R$ 1 milhão por falas racistas

/ JUSTIÇA

Jair Bolsonaro (PL) foi condenado a pagar uma indenização de R$ 1 milhão por declarações racistas dadas em 2021, envolvendo o cabelo de pessoas negras, quando era presidente da República.

O julgamento ocorreu ontem na Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre, dias após Bolsonaro ter sido condenado no Supremo Tribunal Federal (STF) a 27 anos e 3 meses de prisão por tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de estado, organização criminosa armada, dano qualificado pela violência e ameaça grave e deterioração de patrimônio tombado.

O relator do caso no TRF-4, Rogério Favreto, aceitou parcialmente o recurso do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU) e votou para condenar Bolsonaro e a União a pagarem R$ 1 milhão cada. A posição do juiz federal foi seguida por unanimidade pelo colegiado, formado por três juízes federais. O valor estabelecido é inferior aos R$ 5 milhões em indenização pedidos pelo MPF e pela DPU, autores da ação civil pública, por danos morais coletivos e danos sociais decorrentes das declarações.

Três manifestações de Bolsonaro, feitas no Planalto e arredores, foram alvo do processo. No dia 4 de maio de 2021, o então presidente perguntou a uma pessoa com cabelo crespo: "o que você cria nessa cabeleira aí?". Já no dia 6 de maio, fez piada com um homem negro, apoiador dele, dizendo ter visto uma barata em seu cabelo. Em 8 de julho, ele se referiu ao cabelo desse mesmo homem como um "criatório de baratas" e falou: "você não pode tomar ivermectina, vai matar todos os seus piolhos".

Na mesma data, ele fez uma live com o apoiador, na qual perguntou quantas vezes ele tomava banho por mês e disse frases como "se eu tivesse um cabelo desse naquela época, minha mãe me cobriria de pancada" e "se criarem cota para feios, você vai ser deputado federal".

A procuradora federal Carmem Hessel disse que o racismo se manifesta por meio de estereótipos e preconceitos arraigados, que incluem a discriminação baseada em características e práticas culturais associadas à negritude, dentre elas cabelos naturais ou penteados.

# Sebastião Melo reclama da CEEE Equatorial em CPI da Energia Elétrica

O prefeito de Porto Alegre Sebastião Melo (MDB) participou da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa que investiga as falhas no serviço público concedido de distribuição de energia elétrica no Rio Grande do Sul. Durante a sessão da CPI na noite desta segunda-feira, Melo criticou a empresa CEEE Equatorial, que comprou parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), estatal privatizada no primeiro mandato de Eduardo Leite (então PSDB). Aliás, o emedebista votou a favor da privatização quando era deputado estadual.

Apesar disso, Melo disse que a CEEE Equatorial não estudou o Rio Grande do Sul antes de ganhar a concorrência. "Ela chegou e não se comunicou com a sociedade, com seus clientes. E o seu primeiro cliente em Porto Alegre é a prefeitura de Porto Alegre", disse, explicando que, quando há problemas de energia elétrica, consequentemente, há problemas no fornecimento de água no município. Ele informou que, no início da operação da empresa privada, a relação da empresa com a prefeitura foi muito complicada, mas, atualmente, ela já é melhor.

Melo chamou a atenção para a questão dos fios nos postes da cidade, avaliando que, além de um fator estético, trata-se de um fator de segurança. "Esse é um problema seriíssimo que eu espero que esta CPI possa aprofundar", apontou, citando ação civil pública contra a Equatorial e as empresas de telefonia. Ele também reclamou da poda das árvores próximas às fiações, cuja discussão sobre quem seria responsável pelo serviço se arrastou por meses. Agora, conforme o prefeito, a concessionária faz a poda, mas não recolhe o material. "Um terceiro problema, que é gravíssimo, é postear sem avisar a prefeitura e estourar as redes de água e de esgoto da cidade", acrescentou.

O prefeito ainda comentou sobre a cobrança retroativa que a Equatorial tem feito a alguns consumidores que regularizaram o fornecimento de energia e avaliou que, quando não há concorrência e apenas uma empresa é a prestadora de serviço, é preciso uma agência reguladora forte. "E a Agergs não está preparada hoje", declarou, defendendo mais estrutura para a agência e que a Aneel faça seu papel também.